



Moreira Mariz

Arquivada MP sobre ajuda ao Paraguai

O prazo se esgotou, e governo e oposição não chegaram a acordo sobre a votação da MP que concedeu ajuda humanitária ao Paraguai. O impasse levou o presidente do Senado, José Sarney, a cumprir o regimento, determinando que a medida fosse arquivada.

IMPASSE Sem acordo entre líderes, o Plenário não votou medida que trata de ajuda ao Paraguai. Pauta continua obstruída por outra MP

Página 5

Crianças poderão ter vagas na escola pública a partir de 6 anos

Projeto que ainda depende da aprovação do Plenário amplia em um ano o ensino fundamental e, segundo seu autor, está de acordo com a tendência internacional de aumento geral da escolaridade



José Cruz

Meirelles: crescimento de 5,3% demonstra sucesso da economia. Oposição contesta

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou ontem, no Congresso, que o crescimento de 5,3% do PIB em 12 meses comprova o "sucesso da política econômica". Ele também celebrou a criação de 1,8 milhão de empregos formais neste ano como a "maior da história". Mas a oposição contestou o otimismo oficial.

Página 7

As crianças poderão iniciar o ensino fundamental aos seis anos, e não mais somente aos sete. Projeto nesse sentido, aprovado ontem pela Comissão de Educação, será enviado ao Plenário. Com isso, a União, os estados e os municípios se obrigarão a oferecer vagas para crianças de seis a 14 anos, caso o projeto, já aprovado na Câmara, seja acolhido pelo Senado.

Página 3



J. Freitas

PRESERVAÇÃO Relatado por José Jorge (à direita, com Marco Maciel), o projeto cria mecanismo para evitar a redução de investimentos no ensino fundamental

Comissão do Senado destina R\$ 1,9 bi à Norte-Sul

Emenda da CI ao Orçamento prevê continuidade da ferrovia que liga o centro-sul do país ao Maranhão

Página 3



PEDIDO Mão Santa diz que implantação do campus seria mais rápida se o presidente Lula ajudasse

Mão Santa defende criação de universidade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (PI), que será a segunda do estado do Piauí. Ele explicou que tramita projeto no Senado nesse sentido, mas observou que o caminho da criação da universidade seria mais curto caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolvesse assumir a proposta.

O senador disse que Lula teve uma grande votação no Piauí e que, portanto, seria um ato de justiça e gratidão premiar o estado com uma segunda universidade.

– Não queremos almoço nem jantar, queremos a mais importante semente, que é a do conhecimento e a do saber – afirmou Mão Santa.

Ele lamentou que a universidade federal tivesse chegado tão tarde ao Piauí, somente em 1968, mas lembrou que, quando governador, criou mais de 300 cursos universitários, espalhados em 32 *campi* avançados pelo interior do estado.

Os senadores Papaléo Paes (PMDB-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) defenderam a necessidade de ampliar o ensino público universitário no país.

Agenda

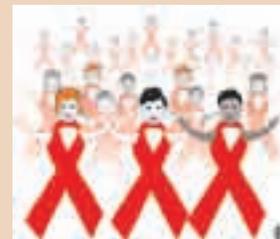
Plenário continua com pauta trancada

Projeto de conversão (PLV 52/04) tranca a pauta do Plenário, que tem sessão marcada para as 14h30. Originado da Medida Provisória 205/04, o projeto autoriza o Poder Executivo a pagar ao Banco do Brasil

auxílio econômico a fim de equalizar taxas de juros para investimentos do setor privado na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Dia Mundial da Luta contra a Aids

Para marcar o Dia Mundial da Luta contra a Aids, o Ministério da Saúde promove hoje, às 10h, visita especial de 150 crianças ao Congresso. Elas vão conhecer todas as dependências das duas Casas, inclusive as comissões, e distribuir folhetos sobre o tema aos deputados e senadores. Às 18h30, será realizada, na biblioteca do Senado, a cerimônia de lançamento do livro de poemas *Cumplicidade*, de autoria do senador Paulo Paim.



Audiência debate teatro brasileiro

A crise do teatro brasileiro é assunto da reunião de hoje da Comissão de Educação (CE), às 10h. Devem participar da audiência o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, do Ministério da



Cultura, Sérgio Xavier; as atrizes e produtoras Nathalia Timberg e Maria Padilha; os produtores Eduardo Barata e Nilson Raman; e o empresário do setor teatral Wilson Rodrigues.

Combate à febre aftosa

Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje, às 11h, consta projeto que estabelece punição para o produtor que deixar de notificar às autoridades a presença de foco de febre aftosa em seu rebanho bovino, bubalino, caprino e ovino. Pune ainda quem deixar de vacinar, impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas à doença (PLC 76/04).



Na CMO, ministro fala sobre Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza hoje, às 10h, audiência pública com o ministro do Planejamento, Nelson Machado, sobre o Orçamento de 2005. Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota dois avisos sobre auditorias na Caixa Econômica Federal e nas obras de duplicação da BR-101, em Pernambuco.

Terras indígenas

A comissão externa que apura questões relativas à demarcação de terras indígenas em Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará reúne-se após a ordem do dia de hoje para votar o relatório da viagem feita a Rondônia.

CCJ conclui exame das PPPs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir hoje, em reunião marcada para as 10h, a votação do projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs). Depois de aprovado pela CCJ, o texto (PLC 10/04) será analisado pelo Plenário da Casa.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CRESCIMENTO Paulo Octávio destaca atuação dos religiosos na formulação de políticas públicas

Paulo Octávio comemora Dia do Evangélico

Ao celebrar o Dia do Evangélico, comemorado a cada 30 de novembro no Distrito Federal, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) destacou a assistência social e espiritual que seguidores de religiões evangélicas promovem em orfanatos, escolas, asilos, hospitais e presídios. Ele ressaltou o crescimento das igrejas evangélicas e a atuação delas tanto nas relações familiares quanto na formulação de políticas públicas.

O senador informou que o 30 de novembro foi escolhido por ter sido celebrado nessa data, há quase 50 anos, o primeiro culto evangélico em Brasília.



REPERCUSSÃO Ideli lembra que jornal local foi obrigado a dar cinco dias de plantão para atender as agências

Ideli homenageia ato de protesto contra ditadura

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse ontem que o 30 de novembro marca os 25 anos da Novembrada, ato de protesto, em Florianópolis, de repercussão internacional, organizado pelos estudantes catarinenses na visita do então presidente João Figueiredo. Para se ter uma idéia, afirmou a senadora, o jornal *A Notícia* foi obrigado a dar plantão durante uma semana para atender às agências internacionais, que pediam fotos. Ela informou que na tarde de ontem foi realizada sessão especial na Assembléia Legislativa de Santa Catarina para lembrar o fato.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Jane Araújo



BENEFÍCIOS Sarney, ao lado de João Paulo, afirma que até o final deste ano livreiros e editores brasileiros ficarão isentos do pagamento de tributos

Senado e Câmara acertam fim de impostos para livros

O presidente do Senado, José Sarney, visitou na manhã de ontem o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, com quem conversou sobre a inclusão da eliminação das taxas incidentes sobre livros na pauta daquela Casa, por meio de emenda a uma medida provisória que seria votada à tarde pelos deputados. A iniciativa tem o apoio do presidente da República e a redação final da emenda foi negociada entre os Ministérios da Fazenda e Cultura.

– O presidente João Paulo foi muito sensível à nossa reivindicação de incluir o assunto na próxima MP a ser votada, de modo que até o final do ano os livreiros e editores tenham condição de usufruir da isenção que o presidente da República já anunciou – disse Sarney.

De acordo com o coordena-

dor do Fome de Livro (Plano Nacional do Livro e Leitura) do Ministério da Cultura, Galeno Amorim, a medida significará uma economia de R\$ 160 milhões ao ano para o mercado editorial e livreiro. Ao longo de três anos, ela resultaria numa redução de cerca de 10% no preço de capa do livro.

Amorim, que tinha sido recebido por Sarney mais cedo, para tratar do mesmo assunto, ressaltou que a isenção vai “dar fôlego novo” ao setor.

– O presidente Sarney teve participação importantíssima nesse episódio, e como autor da Lei do Livro se dispôs a cuidar pessoalmente do assunto, visando tornar realidade o anúncio, feito pelo presidente da República, do fim dos impostos e taxas sobre o livro no Brasil – afirmou.

Emenda sugere R\$ 1,98 bi para Ferrovia Norte-Sul

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado escolheu ontem as cinco emendas que apresentará ao Orçamento da União para o próximo ano. O relator, senador Paulo Octávio (PFL-DF), examinou 48 sugestões e propôs cinco à comissão, as quais buscam atender a quase totalidade dos estados.

A emenda de maior valor sugere ao relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que seja destinado à continuação das obras da Ferrovia Norte-Sul, de ligação do Maranhão ao centro-sul, o valor de R\$ 1,98 bilhão.

A comissão propôs ainda que se destinem R\$ 600 milhões à construção da primeira etapa do Gasoduto da Unificação Nacional (Gasun), ramal do ga-

soduto Brasil-Bolívia que sairá de Mato Grosso do Sul rumo a São Luís, no Maranhão. As outras emendas destinam-se ao desenvolvimento de programas abertos de computador, com tecnologia nacional (R\$ R\$ 150 milhões); a obras de infra-estrutura nas cidades brasileiras consideradas patrimônio mundial pela Unesco (R\$ 80 milhões); e a obras de esgoto sanitário nos municípios que integram regiões metropolitanas (R\$ 200 milhões).

As emendas da comissão somam obras que custarão R\$ 3,01 bilhões. Nos últimos anos os relatores-gerais do Orçamento vêm dando prioridade às emendas individuais e às de bancadas, em detrimento das emendas de comissões.

Ensino fundamental pode começar aos 6 anos de idade

■ Aprovado na Comissão de Educação, projeto que aumenta a escolaridade segue para o Plenário

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto (PLS 236/01) que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Pela legislação em vigor, o Estado é obrigado a oferecer vagas para crianças de sete a 14 anos. A mudança obrigaria os pais a matricularem seus filhos um ano antes, e municípios, estados e União a oferecerem vagas a essa nova clientela. O projeto, relatado pelo senador José Jorge (PFL-PE), já foi analisado pelos deputados e segue agora para votação em Plenário.

De acordo com a justificativa do projeto, apresentado em 2001 pelo então senador Ricardo Santos, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos vai ao encontro da tendência internacional de au-



ACESSO José Jorge relata a matéria apresentada em 2001 pelo então senador Ricardo Santos

mento geral da escolaridade.

No entanto, as vagas para as crianças de seis anos só serão oferecidas se a rede pública obtiver um índice de matrículas de 95% entre as de sete a 14 anos. Conforme ressaltava à época Ricardo Santos, o projeto, embora facilite o acesso de crianças não atendidas hoje pela escola pública, não cria dificuldades para aqueles que já deveriam estar sendo atendidos. Além disso, a proposta

impede que as novas vagas sejam oferecidas à custa da redução de recursos públicos por aluno do ensino fundamental. Ou seja, municípios, estados e União devem pelo menos manter o atual nível de investimento por aluno no ensino fundamental.

Língua estrangeira

A comissão rejeitou projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que proibia a exigência de língua estrangeira em concursos públicos e em vestibulares. A relatora Fátima Cleide (PT-RO) considerou o projeto incoerente. Os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) qualificaram a proposta como incompreensível.

Foi aprovado também relatório do senador Marco Maciel (PFL-PE) favorável a projeto que declara Oscar Niemeyer patrono da arquitetura brasileira. Foram aprovados ainda dois projetos de lei da Câmara que instituem os dias nacionais da Assistência Social e da Imigração Japonesa.

Conselho de Comunicação tem atividade regulamentada

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) favorável a projeto de autoria do presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR), que regulamenta a atuação do Conselho de Comunicação Social (PLS 61/03). Osmar Dias afirmou que o projeto foi apresentado porque tem havido colisão de atribuições entre o Conselho de Comunicação e a CE.

A matéria regulamenta a forma como devem ser enviadas solicitações ao conselho. O Conselho de Comunicação é um órgão consultivo do Congresso para assuntos que tratam de Comunicação Social.

Também foi aprovado relatório do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) favorável a projeto de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que torna crime danos ao patrimônio público (PLS 47/04). Passam a ser considerados crimes o dano, inutilização ou deterioração de bens de valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso,

arqueológico, etnográfico ou monumental, bens tombados ou protegidos por lei. Também recebem proteção da lei arquivos públicos, museus, bibliotecas, pinacotecas e instalações científicas tombados ou protegidos por lei. As penas são de um a três anos de prisão mais multa.

Foi aprovado ainda parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) favorável a projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estabelece em 16 anos a idade máxima para não recomendação de espetáculos e diversões. O relator afirmou que pessoas com mais de 16 anos devem ter o direito de escolher que tipo de entretenimento pretendem consumir. Foi aprovado também parecer de Demostenes favorável a projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE) que institui a comissão especial do bicentenário da Independência do Brasil. Maciel afirmou que, embora pareça cedo para tratar do tema, uma vez que a data se completará em 2022, é



Célio Azeredo

INTENÇÃO Osmar Dias pretende evitar colisão das atribuições da CE e do Conselho de Comunicação

importante cuidar desse tipo de comemoração com antecedência.

Dois requerimentos foram aprovados na reunião da CE. O primeiro, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), determina a realização de audiência pública para discutir projeto do senador Hélio Costa que pretende coibir o envio de *spams* (mensagens de correio eletrônico indesejadas) pela Internet. Foi aprovado ainda requerimento do senador Efraim Morais (PFL-PB) para discutir em audiência pública projeto de lei da senadora Fátima Cleide (PT-RO) – PLS 507/03 – que especifica as diferentes categorias de “trabalhadores da educação”.

Mercadante aponta falta de "majestade" nas críticas de FHC

■ Senador afirma que governo Fernando Henrique dobrou a dívida e privatizou 76% do patrimônio público

"Sempre se espera de um ex-presidente a majestade do cargo", disse ontem o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ao rebater críticas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao atual governo, formuladas durante palestra em São Paulo na segunda-feira.

– Para quem conhece sua biografia, sua vida acadêmica, sua excelência universitária, seu apreço pelas análises sociológicas mais qualificadas, é difícil reconhecer a figura do ex-presidente nas declarações que estão hoje nos jornais brasileiros – frisou.

Mercadante afirma que esperava mais do ex-presidente e continua aguardando um de-



PASSIVO Para Mercadante, governo tucano expôs o país às turbulências do cenário internacional

bate qualificado, que compare os quase dois anos do governo Lula com os oito anos de Fernando Henrique.

– Está na hora de descer do palanque. A campanha eleitoral já acabou. Não devemos antecipar 2006 – assinalou.

O senador ressaltou que estão no centro das críticas do PT ao governo Fernando Henrique a sua adesão a uma agenda neoliberal, a adoção de uma abertura comercial e financeira ra-

dical e de uma âncora cambial prolongada por quatro anos e meio, o financiamento dessa política com juros elevadíssimos (a taxa de juros chegou a 45%, e ao final do governo era de 26%) e um brutal endividamento do setor público.

Desequilíbrio

Segundo o senador, essa combinação de fatores desequilibrava as contas externas, agravou o passivo externo dolarizado e expôs o país a toda e qualquer turbulência que ocorra no cenário internacional. Ele lembrou também que, em oito anos, o governo Fernando Henrique dobrou a dívida pública, privatizou 76% do patrimônio público e aumentou em 8% a carga tributária.

– O governo Lula já produziu superávit comercial de US\$ 32,6 bilhões. Nas contas externas, o governo FHC deixou um déficit de US\$ 186 bilhões nas transações correntes, e nós já conseguimos superávit de US\$ 8 bilhões. Estamos desendivi-

dando o país.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que Mercadante apresentou "números inconteste" sobre o esforço do governo Lula para retomar o crescimento econômico. Ela destacou que pessoas estão encontrando emprego e crédito para obter perspectivas concretas de vida para si e para suas famílias. Tião Viana (PT-AC) salientou que o ex-presidente Fernando Henrique sente "dor-de-cotovelo" toda vez que viaja ao exterior e ouve "tantos elogios" ao presidente Lula.

José Agripino (PFL-RN) discordou de Tião Viana e disse que as críticas do ex-presidente são advertências de um homem maduro, patriota, reconhecido internacionalmente.

– Quando viaja ao exterior, o presidente Fernando Henrique percebe que o mundo todo está crescendo e fica preocupado com o Brasil. Com suas críticas, o presidente deseja que o governo acorde.

Virgílio: governo só vai "mais ou menos bem" naquilo que copiou

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), contestou, em Plenário, as afirmações de Aloizio Mercadante na comparação de resultados, principalmente na área econômica, entre as gestões petista e tucana. Virgílio assegurou que o ex-presidente Fernando Henrique continuará a opinar sobre a questão brasileira.

– O Brasil não deu nenhum passo significativo em relação ao crescimento sustentável – disse. Para o líder tucano, o governo Lula vai "mais ou menos bem" naquilo que teria copiado do governo FHC, revelando-se "um fracasso" naquilo que inovou. E observou que até os resultados favoráveis colhidos no comércio externo, por exemplo, teriam sido semeados na gestão passada.

Segundo Arthur Virgílio, as comparações de indicadores econômicos atuais, com a base de 2002, mostram-se questionáveis pelas adversidades que marcaram aquele ano, influenciadas, na sua opinião, pelas incertezas diante da perspectiva de eleição de Lula. Além da inércia e incompetência



POSTURA Virgílio garante que Fernando Henrique continuará a opinar sobre as questões nacionais

atribuídas ao atual governo, Virgílio apontou uma série de medidas de caráter autoritário, como a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, adotadas ao longo desses dois anos.

Para o líder do PFL, José Agripino (RN), o povo brasileiro ainda não tem condições de se orgulhar de nenhum feito do governo Lula. "Esse governo é um fracasso só", emendou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), para quem a gestão petista desconstruiu a política social sem colocar nada de novo no lugar.

Alvaro afirma que PT não tem projeto para o desenvolvimento

Alvaro Dias (PSDB-PR) reconheceu que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi duro na crítica ao dizer que o governo é incompetente e que o rei (alusão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva) está nu. O senador observou, contudo, que, embora as críticas tenham sido contundentes, o ex-presidente "tem não só o direito, mas o dever de analisar os rumos do país sob a batuta de seu sucessor".

Referindo-se ao apelo do ex-presidente para que a oposição retire das mãos as luvas de pelica no trato com o governo, Alvaro Dias afirmou que a oposição deve ser dura e contundente, mas também competente, responsável e construtiva em suas críticas. Quanto às investidas do presidente petista contra a oposição, ressaltou que, no Senado, a ação oposicionista tem sido propositiva e responsável.

– A oposição oferece instrumentos indispensáveis à



RESPONSABILIDADE Segundo Alvaro Dias, oposição "tem sido participativa e colaboracionista"

governabilidade. E tem sido participativa e colaboracionista – assegurou.

Alvaro Dias também acusou a administração do PT de não ter plano de governo e distorcer dados sobre o desenvolvimento econômico do país. Ele citou informações que evidenciam uma piora em indicadores sociais do país, como o avanço na queda da renda e na violência urbana.

O senador referiu-se ainda ao discurso do presidente Lula em encontro com prefeitos recém-eleitos do PT. Alvaro discordou da afirmação de que a equipe do governo está afinada com os compromissos do país.

– A ação governamental decepiona todo o povo brasileiro – sustentou.



COMPROMISSO Paim destaca que há 18 anos luta no Congresso por uma política de recuperação do salário

Paim defende comissão para definir proposta sobre o mínimo

Ao registrar que o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, defendeu ontem, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, a criação de comissão quadripartite para estabelecer uma política de recuperação do salário mínimo, Paulo Paim (PT-RS) disse que apresentou proposta semelhante, que será apreciada pelo Congresso.

A sugestão de Luiz Marinho é que a comissão – composta por representantes do Executivo, do Legislativo, das centrais sindicais e dos empresários – apresente uma proposta que dobre o valor nominal do salário mínimo até 2007. O debate também teria o objetivo de definir política que, em 20 anos, permita ao salário mínimo atingir os patamares estabelecidos na Constituição, atendendo às necessidades de uma família. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), esse valor hoje seria de R\$ 1.510,67.

Paim afirmou que há 18 anos luta no Congresso por uma política permanente de recuperação do mínimo. Depois de comunicar que lançará em breve um livro contando a história desse salário, o senador lamentou que o mínimo nacional seja o menor pago na América do Sul.

Paim também registrou que o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a Universidade Federal de Minas Gerais lançam hoje, na Câmara dos Deputados, o Atlas Racial Brasileiro, um banco de dados eletrônico com mais de cem indicadores sociais sobre o país, com dados sobre raça e cor.



DENÚNCIA Motta afirma que CST tentou desmoralizar relatório sobre saúde de operários capixabas

Motta protesta contra intoxicação em siderúrgica

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) protestou ontem contra a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) por ter tentado desmoralizar o jornal *A Gazeta*, que veiculou relatório da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança do Trabalho (Fundacentro), denunciando que 497 trabalhadores da CST, incluindo menores aprendizes, estão sendo expostos a produtos tóxicos, que podem causar câncer no sangue. Segundo o senador, a denúncia é fundamentada em testes realizados em 2003.



PROBLEMAS Pavan destaca que, na sexta-feira passada, chovia mais dentro do que fora do Navegantes

Pavan cobra recuperação de aeroporto em SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu providências ao presidente da Infraero, Carlos Wilson, para as goteiras no Aeroporto de Navegantes. Ele observou que, na sexta-feira passada, ao desembarcar no aeroporto, as goteiras molhavam mais que a chuva que caía do lado de fora do prédio.

– Os ofícios que encaminhamos à Infraero ficam sem resposta. Quem sabe por meio dos microfones da tribuna do Senado tenhamos uma ação rápida da Infraero. Queremos uma obra bonita e bem feita – afirmou.

Senado arquiva MP que concedeu ajuda humanitária ao Paraguai

■ O prazo para examinar a medida acabou ontem, mas não havia número regimental para a votação

O presidente do Senado, José Sarney, determinou ontem o arquivamento da medida provisória (MP 204/04) que concedeu ajuda humanitária às vítimas de incêndio ocorrido em supermercado de Assunção em janeiro deste ano; mais de 340 pessoas morreram no incêndio e centenas ficaram feridas. Sarney argumentou que, com “a evidente falta de número no Plenário”, iria cumprir o Regimento e determinar o arquivamento da MP, que tinha ontem o último dia de prazo (120 dias) para ser aprovada pelo Congresso Nacional.

A ajuda brasileira consistiu em medicamentos e materiais e equipamentos de uso médico, principalmente. A MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 24. De acordo com o parágrafo 11º do artigo 62 da Constituição federal, o Congresso Nacional terá agora novo prazo de 60 dias para aprovar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes do período em que

a MP vigorou. Do contrário, essas relações continuarão regidas pela MP.

O relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), disse que o objetivo da medida era “singelo, porém importante” e que ela atendia àqueles pressupostos constitucionais. O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), afirmou que a oposição não concordava com a votação, exigindo a instalação de uma comissão mista para análise prévia da MP. Enfatizou que isso será exigido pelo partido doravante, em todas as votações de MPs. Argumentou também que o Senado adota, como praxe, um prazo de dois dias para se tentar um acordo entre os líderes para a votação, o que não existia.

"Lixo"

Arthur Virgílio afirmou que 40% das MPs editadas pelo atual governo são urgentes e relevantes. Outros 30% são relevantes, mas não urgentes, podendo ser trabalhadas como projetos de lei. O restante, para ele, é “lixo puro”. Declarou, como exemplo, que o PSDB concorda com o foro privilegiado para o presidente do Banco Central, mas que isso tem de ser discutido como proposta de emenda à Constituição (PEC) e não pela

MP enviada ao Congresso.

Sarney informou a Arthur Virgílio que não tinha como manter a praxe e esperar o acordo dos líderes, já que era o último dia de prazo para a MP. O líder do PSDB acatou a decisão. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), reconheceu que o problema era singular, mas reiterou que, assim como o PSDB, também seu partido não iria votar mais MPs que não tivessem sido examinadas previamente pela comissão mista.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada MP semelhante, em novembro de 2002, concedendo vacinas e equipamentos para combate à febre aftosa no Paraguai. Enfatizou que a ajuda do governo Lula era humanitária e que o governo, mais recentemente, reconheceu o excesso de edição de MPs, tendo editado apenas duas nos últimos 45 dias. Ele propôs que o Congresso discuta um novo rito para votação de MPs, medida endossada, ao final da discussão, pelo presidente Sarney.

Enchentes

O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), ressaltou ter pleiteado uma MP

para minorar os problemas causados por uma enchente, mas a população acabou não sendo assistida. Na mesma linha, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) enfatizou que iria solicitar ajuda humanitária para as vítimas da enchente em seu estado.

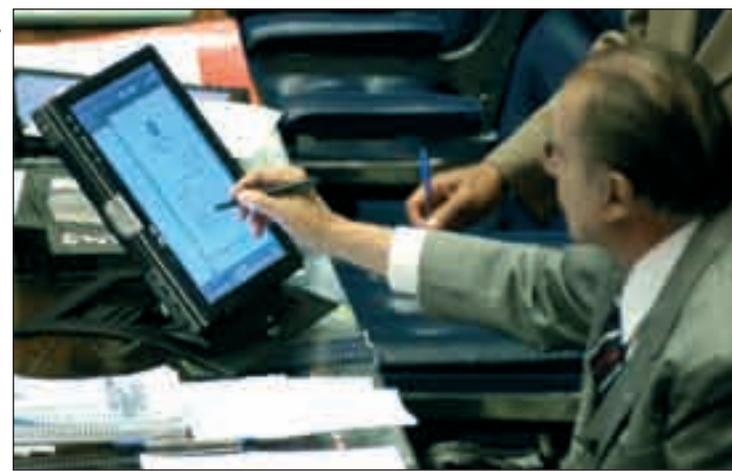
O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o Congresso não poderia aceitar que o presidente da República tomasse o poder de legislar em substituição ao Congresso, “entregando recursos da nação a um país vizinho e deixando que municípios brasileiros, que sofreram enchentes e desastres de toda ordem, fiquem sem esses recursos”.

Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que a decisão evidenciava que o instrumento da medida provisória “chegou ao momento da exaustão”.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que o governo Lula se esquece dos brasileiros que residem no Paraguai. Assinalou que o próprio presidente paraguaio ameaçou confiscar terras dos chamados “brasiguaios”, em protesto pela recusa do governo paranaense em permitir a exportação de soja transgênica paraguaia pelo porto de Paranaguá.



TECNOLOGIA Novo sistema com notebooks sem fio foi inaugurado ontem e aprovado pelos parlamentares, como Hélio Costa e José Sarney (D)



Senadores começam a utilizar a ordem do dia eletrônica

Foi inaugurada ontem, no Senado Federal, a ordem do dia eletrônica, que permite aos senadores acesso à pauta, com todos os assuntos prontos para debate e votação em Plenário. Para implantar o novo sistema, foi criada uma rede *wireless* (sem fio) e adquiridos *notebooks* Tablets PC para uso dos senadores.

O novo sistema permitirá aos senadores localizar itens em debate, verificar remissões a textos legais e encontrar o avulso de proposições sem necessidade do manuseio de um calhamaço de folhas. A princípio, o sistema não trará as ordens do dia anteriores. Estarão disponíveis as matérias prontas para votação, assim

como também a agenda das próximas sessões.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) considerou a medida positiva. Ela ressaltou a redução no consumo de papel, com a adoção do novo sistema, lembrando o volume de anexos e de avulsos entregues diariamente aos senadores no Plenário e o que isto significa em termos de

preservação de árvores.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC), ao comentar a novidade, disse que os senadores, agora, poderão acompanhar as votações “sem ter que vasculhar tantos papéis”.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) considerou um grande avanço para o Senado a implantação do novo sistema.

Dívida inviabiliza investimento dos estados, diz Costa

■ Senador sugere que acordo sobre percentual para pagamentos à União seja rediscutido

O acordo que compromete 13% das receitas dos estados com o pagamento de dívidas com a União precisa ser re-discutido, afirmou ontem o senador Hélio Costa (PMDB-MG), manifestando esperança de que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se sensibilize com o pleito dos estados. O ministro deveria se reunir ontem com nove governadores.

– Minas Gerais paga 7% de juros sobre um capital que, em 1994, era de R\$ 5 bilhões e hoje está em R\$ 35 bilhões. Não é possível uma dívida crescer tanto só por causa da rolagem. O estado de Minas Gerais recebe R\$ 160 milhões de repasses e devolve 140 milhões – afirmou o senador.

Hélio Costa observou que o comprometimento das receitas impossibilita importantes investimentos pelos estados. Na mesma situação, disse, encon-

tram-se estados importantes como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

– Os investimentos públicos estão amarrados a essa dívida, que impôs índices para pagamento quase impossíveis de serem cumpridos – frisou.

O senador também pediu a fixação, no Orçamento Geral da União de 2005, de recursos da ordem de R\$ 9 bilhões para o ressarcimento das perdas dos estados exportadores com a Lei Kandir. Ele chamou a atenção para os prejuízos sofridos por Minas Gerais, segundo maior estado exportador.



PERDAS Hélio Costa pede recursos no Orçamento para ressarcir os estados exportadores

Betim pode ter autorização para contratar financiamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à autorização para que a prefeitura de Betim, cidade mineira que integra a região metropolitana de Belo Horizonte, possa contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 24,075 milhões. Os recursos serão disponibilizados pelo Banco Mundial. O empréstimo é destinado ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim. O parecer seguiu para o Plenário em regime de urgência para votação.

A prefeitura de Betim entrará com a contrapartida de US\$ 25,3 milhões para a realização do projeto, que tem custo total orçado em US\$ 49,4 milhões. Os recursos, segundo observou o senador Eduardo Azeredo

(PSDB-MG), serão importantes para adequação de aspectos urbanos de Betim, cidade que, como lembrou, tem 300 mil habitantes e apresenta crescimento acelerado. A prefeitura, ponderou ainda o senador por Minas Gerais, reúne boas condições financeiras para saldar a dívida.

No relatório favorável à mensagem do Executivo com a solicitação da autorização, lido pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), destaca-se que a prefeitura de Betim cumpre todas as exigências legais estabelecidas pelas resoluções do Senado Federal para contratação da operação de crédito externo, segundo informações fornecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O relatório foi elaborado pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).



SAUDAÇÃO Presidente do colegiado, Tebet (à direita, ao microfone) destaca os 175 anos das relações Brasil-Rússia

Parlamentares russos são recebidos na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebeu ontem delegação de empresários e parlamentares russos. Ao saudar os integrantes do Comitê de Mercados Financeiros e Circulação Monetária, do Conselho da Federação da Assembléia Federal Russa, o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), lembrou que este é um ano especial na história dos dois países, pois se completam 175 anos de relacionamento.

Tebet destacou o incremento das relações comerciais entre Brasil e Rússia. Como citou, o total comercializado entre os dois países dobrou de US\$ 1 bilhão, em 2000, para US\$ 2 bilhões, em 2003. De acordo com o senador, as exportações brasileiras para a Rússia saltaram de US\$ 422 milhões, em 2000, para US\$ 1,5 bilhão, em 2003.

O presidente da CAE citou ainda o acordo na área científico-tecnológica que permitiu a utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (MA) para operações com lançadores russos. Na área cultural, lembrou ele, o destaque é para a única filial da Escola

de Balé do Teatro Bolshoi, que funciona em Joinville (SC).

– Com o fim da União Soviética, a relação bilateral foi atualizada. A CAE acompanha com vívido interesse os acordos entre os dois governos – afirmou.

O chefe da delegação russa e presidente do Comitê de Mercados Financeiros e Circulação

Monetária, Serguey Aleksandrovitch Vassilhev, disse estar crescendo na Rússia a noção de que o Brasil deve ser parceiro estratégico de seu país no século 21.

Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Ney Suassuna (PMDB-PB) também saudaram a delegação russa.



O senador João Batista Motta (PMDB-ES) recebeu em seu gabinete, na manhã de ontem, visita da comitiva formada por integrantes do setor de mercados financeiros e circulação monetária da Assembléia

Federal da Federação da Rússia. O senador pelo Espírito Santo integra a Frente Parlamentar Brasil-Rússia e viajou àquele país recentemente, atendendo a convite oficial do governo russo.

Augusto Botelho critica excesso de carga tributária brasileira

Em 1988, a carga tributária representava cerca de 22% do produto interno bruto (PIB). Passou a 28% em 1997 e a 36% em 2002, situando-se atualmente em 40% do PIB, o que representa cerca de R\$ 212 bilhões da renda nacional.

Com base nesses números, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) criticou o que chamou de “sanha arrecadatória de sucessivos governos”. A principal conseqüência, observou, é manter a economia funcionando abaixo de sua capacidade.

Para mostrar o que significa o pe-

so dos impostos para a sociedade, o senador disse que, em média, um cidadão trabalha quatro meses e 18 dias do ano apenas para pagar tributos. Esse mesmo cidadão, quando compra um carro 1.0, paga 44% do valor do veículo em impostos. E, ao encher o tanque, gasta 53% com tributos.

– Não há quem suporte isso. Alguns dos efeitos perversos da excessiva tributação são o aumento do desemprego, do custo Brasil e, pior, da sonegação – afirmou ele.

Augusto ressaltou que as distor-



IMPOSTO Segundo Augusto Botelho, o contribuinte enfrenta a “sanha arrecadatória dos governos”

ções do modelo tributário brasileiro afetam a relação entre os entes federados. A União, observou, estaria se beneficiando da maior fatia dos recursos arrecadados.



PAUTA Aldo Rebelo conversa com Sarney sobre votações e preservação da base governista

Aldo Rebelo: MP não visa proteger Meirelles

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem o ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, com quem conversou sobre a pauta de votações, o PMDB e a preservação da base governista. À saída da audiência, Aldo Rebelo disse que a medida provisória que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central não visa contemplar Henrique Meirelles, mas proteger a instituição financeira e o próprio Estado brasileiro.

Aldo Rebelo afirmou que o governo confia no Legislativo e na sua capacidade de entender essa medida provisória, mas reservou a maior parte de seu tempo a responder perguntas de jornalistas sobre as críticas do ex-presidente Fernando Henrique ao governo Lula.

– Não creio que o presidente Sarney, que ocupa o mesmo *status* de ex-presidente da República, se expusesse da forma como fez Fernando Henrique Cardoso. O que se espera de um ex-presidente é que trate do Estado, dos assuntos de interesse nacional, e não desça a críticas tão contundentes e pouco qualificadas em relação a seu sucessor. Além do mais, quando nós falamos de competência, é preciso passar das palavras aos fatos.

Aldo Rebelo observou que o ex-presidente Itamar Franco fez o Plano Real e entregou a seu sucessor um país com uma dívida de R\$ 61 bilhões, enquanto Fernando Henrique Cardoso deixou para Lula uma dívida de R\$ 800 bilhões. O ministro reconheceu que o Plano Real estabilizou a moeda, mas, no governo tucano, o Brasil teve que recorrer três vezes ao Fundo Monetário Internacional.

Crescimento de 5,3% demonstra o sucesso da economia, afirma Meirelles

■ Segundo ele, Banco Central teve no primeiro semestre resultado positivo de R\$ 2,8 bilhões

O crescimento de 5,3% do produto interno bruto (PIB), no período de 12 meses até outubro, foi definido pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, como prova do “sucesso da política econômica”. Em reunião conjunta de seis comissões do Senado e da Câmara, realizada na sala da Comissão Mista de Orçamento (CMO), ele celebrou ainda a criação de 1,8 milhão de empregos formais neste ano como a “maior da história”.

Em sua exposição inicial aos deputados e senadores, durante a reunião realizada para cumprir determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente do Banco Central procurou demonstrar que o governo está criando condições para que o país tenha um crescimento sustentável ao longo dos próximos anos.

Segundo Meirelles, a política monetária tem obtido sucesso na busca da meta de inflação definida para 2004: 5,5%, com tolerância, para mais ou para menos, de 2,5 pontos percentuais. A expectativa para o final deste ano, relatou, é de que a inflação alcance 7,3% – ou 0,7 ponto percentual abaixo do teto definido para 2004, de 8%. Para os próximos 12

meses, anunciou o presidente do banco, a previsão é de que a inflação seja de 6,25%.

Nos 12 meses anteriores a outubro, disse o presidente do Banco Central, o saldo da balança comercial já alcançou a marca de US\$ 32,6 bilhões.

Saldo

Com o aumento das exportações, cresce também o saldo em transações correntes com o exterior, que deverá alcançar em 2004 o equivalente a 1,6% do PIB. A ampliação do comércio exterior, ressaltou Meirelles, permite também a redução da vulnerabilidade do país. A dívida externa líquida, que já foi de 3,6 vezes o valor total de exportações, hoje limita-se a uma vez e meia.

Meirelles citou ainda como

resultado da política econômica a redução da participação da dívida pública líquida sobre o PIB. Em setembro de 2002, observou, a proporção era de 61%. Em outubro deste ano, comparou, a participação foi reduzida para 53,7% do PIB. Ele reconheceu o valor ainda elevado dos *spreads* bancários e apontou, entre os instrumentos para combatê-los, a aprovação pelo Congresso Nacional da nova Lei de Falências.

Meirelles disse que o resultado das operações do Banco Central no primeiro semestre de 2004 foi positivo em R\$ 2,8 bilhões. Descontado o percentual legal destinado à formação de uma reserva da instituição, foram repassados R\$ 2,5 bilhões ao Tesouro Nacional.



OTIMISMO Em reunião no Congresso Nacional, Henrique Meirelles (ao microfone) faz balanço positivo da economia, mas reconhece que juros são altos

Oposição contesta números "cor-de-rosa". Governo responde

Henrique Meirelles admitiu que a recuperação da economia não está sendo feita de forma homogênea em todos os setores. Os que obtiveram maior crescimento no período, segundo disse, foram os ligados ao crédito e à exportação.

Meirelles reconheceu que as taxas de juros cobradas no país “são de fato altas”, mas que vêm registrando queda. Como exemplo, informou que a taxa Selic, em 1999, atingiu o patamar de 45%, e que atualmente se encontra em 17,5%. E disse que, com o crescimento da economia, a expectativa é que os juros caiam. Observou que no governo Lula houve aumento do emprego e da renda.

As informações foram prestadas depois que o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) – apesar de reconhecer que há

uma recuperação da economia e que os níveis de emprego vêm registrando crescimento – criticou o que chamou de crescimento econômico não homogêneo. A seu ver, tal discrepância traz reflexos negativos na distribuição de renda, “que vem piorando”, bem como a estagnação de setores considerados importantes, como o da construção civil. Goldman também criticou a evolução das taxas reais de juros, atualmente na casa dos 11% ao ano. Para ele, “não há economia no mundo que resista ao crescimento com tais índices”.

Parlamentares da oposição não pouparam críticas ao presidente do Banco Central. Para eles, os números “cor-de-rosa” apresentados pelo governo não refletem a realidade das cores das ruas, “que são cinzas”, a

começar pelo achatamento salarial, com destaque para os que ganham menos; manutenção da elevação das taxas de juros; crescimento do *spread* bancário; investimentos baixos, bem como o aumento do superávit primário.

O troco

O governo respondeu por meio do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele afirmou que o governo vem fazendo o dever de casa para retirar o país da chamada vulnerabilidade externa, tomando por base dois importantes quesitos: crescimento econômico e saldo comercial, que nos últimos 12 meses chegou na casa dos US\$ 32,6 bilhões. Para o senador, essa é a saída para crescer de

forma sustentável.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o fortalecimento do mercado interno para que a economia cresça de forma equilibrada. Somente assim, ob-

Presidente do BC diz que o Brasil mudou para melhor, com mais empregos

servou, o governo poderia melhorar a renda dos assalariados. Ele também defendeu a redução dos juros.

Já Leonel Pavan (PSDB-SC) perguntou a Meirelles se ele havia mudado o pensamento do presidente Lula ou se Lula havia alterado a visão do presidente do Banco Central. “A economia é a mesma do passado”, observou o senador. Em resposta, Meirelles disse que “mudou o Brasil”. E, a seu ver, para melhor, com crescimento e geração de empregos.

Geraldo Magela

José Cruz

Ex-dono do Nacional diz que o banco foi "doado"

■ Marcos Magalhães Pinto falou à Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras

O ex-dono do extinto Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, acusou o Banco Central e o governo Fernando Henrique Cardoso de "doarem" o Nacional ao Unibanco, acompanhado de um cheque de R\$ 3 bilhões, e acrescentou que o processo de liquidação, que continua, não tem mais nenhuma razão de ser.

– A partir de 2005, o Tesouro Nacional será obrigado a creditar R\$ 1,2 bilhão em juros junto à massa falida do Banco Nacional. O Tesouro já desembolsa hoje perto de R\$ 800 milhões em pagamento de juros à massa do Banco Econômico – disse Marcos Magalhães Pinto, que compareceu à Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O ex-dono do Nacional afirmou ainda que o liquidante, em 1995, comprou títulos do Fundo de Compensação de



CONTROLE Para presidente da subcomissão, Aelton Freitas (entre Magalhães Pinto e Fernando Bezerra), é preciso "estancar sangria de dinheiro público"

Variações Salariais (FCVS), que passaram a ser a maior parte da carteira de títulos da massa falida. E estabeleceu para os mesmos um valor equivalente a apenas 35% do valor de face.

Ao fazer um histórico da quebra do banco, Magalhães Pinto lembrou que o Nacional começou a ter problemas com o fim da inflação decorrente do Plano Real, que, segundo ele, acomeceu todo o sistema financeiro.

Dúvida

Acompanhado do filho Marcos José, representante da família junto ao liquidante, o ex-banqueiro questionou o

fato de o Banco Central não ter oferecido os ativos do banco a outros interessados, repassando-os ao Unibanco.

O presidente da subcomissão, Aelton Freitas (PL-MG), ressaltou que os senadores irão até o fim para "estancar a sangria de dinheiro público que é a liquidação extrajudicial dos bancos". Há quase cem bancos em processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central e, segundo o senador, o Tesouro Nacional terá que pagar juros pelos títulos que as massas falidas dessas instituições têm em sua carteira.

Aelton: denúncia é grave e será investigada

Aelton Freitas quer ouvir o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, Pedro Malan, e mais o ex-presidente do BC Armínio Fraga e os ex-diretores da instituição Pedro Moreira Salles, Pedro Bodin, Daniel Gleiser e Demóstenes Madureira de Pinho Neto. Todos, segundo o presidente da subcomissão, de alguma forma participaram da absorção do Banco Nacional pelo Unibanco e hoje são diretores do conselho administrativo deste último.

– A denúncia de Marcos Magalhães Pinto, de que o Banco Nacional foi repassado ao Unibanco por um valor muito inferior ao dos seus ativos, é grave. E hoje estão todos no conselho de administração do Unibanco. Será que é coincidência? – perguntou o senador, que pretende convocar a todos no próximo ano.

Os próximos depoimentos da

subcomissão, no dia 7, serão do ex-dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, e do liquidante do banco. No dia 14, virão os ex-donos do Banorte e o atual liquidante.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), autor do requerimento de criação da subcomissão, disse que liquidações extrajudiciais de bancos atingiram a tal ponto de descontrole que já se justifica uma auditoria do Tribunal de Contas da União, ou uma investigação no Senado. Lobão afirmou que tem grande preocupação com o patrimônio e com a família Magalhães Pinto, mas tem principalmente preocupação com o erário, com o dinheiro do contribuinte, que terá que pagar os juros à massa falida.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou a família Magalhães Pinto, segundo ele um "ícone" da vida pública

brasileira, que tantos serviços prestou ao país. Participaram também os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mário Calixto (PMDB-RO), que lembrou que seu pai trabalhou para o avô de Marcos Magalhães Pinto na cidade de Santo Antônio do Monte. Aelton Freitas informou que os senadores irão ainda esta semana, ou na próxima, ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para um entendimento sobre uma profunda análise da situação das quase cem instituições financeiras sob intervenção e liquidação extrajudicial.

Participaram da audiência o atual liquidante do Banco Nacional, Reginaldo Brant, que assumiu em março deste ano, e Abdiel de Andrade, que foi liquidante até 2000. Para Reginaldo Brant, não há como suspender a liquidação do Nacional.

Decisão de suspender projeto no São Francisco gera debates

A decisão da Justiça de suspender o processo de transposição das águas do Rio São Francisco motivou ontem manifestações dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heloísa Helena (PSOL-AL), Almeida Lima (PDT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Garibaldi Alves (PMDB-RN). O primeiro a falar foi Antonio Carlos, que recomendou ao governo "respeito à decisão judicial".

– Já tinha alertado para o absurdo dessa transposição sem que sejam ouvidos os comitês de bacia, e peço ao ministro [da Integração Nacional] Ciro Gomes que aja com sensatez – afirmou ele.

Citando matéria da Agência Estado, Antonio Carlos disse que a juíza Iolete Maria Fialho de Oliveira, da 16ª Vara Federal, deu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a realização de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), com o objetivo de discutir o projeto.

O Ministério Público entendeu que o conselho não pode decidir sobre a questão antes que sejam resolvidos, no Conselho da Bacia Hidrográfica

do São Francisco, os conflitos pelo uso da água do rio.

Heloísa Helena declarou-se contrária ao projeto de transposição, por entender que há outros mecanismos de utilização das águas do São Francisco, inclusive em benefício dos estados do Nordeste que não são banhados pelo rio. Valadares pediu ao governo que se empenhe na aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que vincula 0,5% da receita tributária federal a um programa de revitalização do rio, o que poderia gerar até R\$ 300 milhões anuais pelo período de 20 anos.

O senador Almeida Lima aplaudiu a decisão da juíza Iolete Maria Fialho.

– Registro a alegria de ver um integrante do Poder Judiciário ter a coragem, que falta ao nosso presidente da República, de reconhecer a inviabilidade e a falta de consistência do projeto – disse.

Garibaldi foi o único a criticar a decisão da Justiça. Considerou-a inconsistente, pois apenas barrou a realização da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na qual seria formalizada a decisão de desviar parte das águas do rio para estados fora da bacia.

Ana Júlia pede transparência no incentivo a exportadores

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) reconheceu que os estados têm direito a receber compensações pelos incentivos fiscais que concedem a empresas exportadoras, mas reivindicou mais transparência nessa política. Segundo ela, a população tem o direito de saber se esses incentivos estão cumprindo sua função social de criar empregos e gerar desenvolvimento regional.

Para Ana Júlia, os governadores também precisam fazer sua parte na reforma tributária, trabalhando pela unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme foi acertado durante negociação



CLAREZA Ana Júlia Carepa quer novo modelo de concessão de benefícios a empresas exportadoras

da reforma, no Congresso, no ano passado.

A senadora lembrou que, quando se discute o projeto do Orçamento Geral da União, os governadores reivindicam recursos para o Fundo de Compensação das Exportações. Embora reconheça que eles têm direito aos recursos, Ana Júlia quer mudar o modelo de concessão, para deixar mais claro quais empresas estão sendo subsidiadas e que benefícios esse dinheiro está gerando.